



ALFABETIZAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS: POSSIBILIDADES PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIDISCRIMINATÓRIA

Fabiane Castilho Oliveira¹
Saraí Schmidt²

Resumo: O trabalho propõe discutir possibilidades de relacionar a interseccionalidade e a inserção dos direitos humanos numa proposta de educação antidiscriminatória. A partir da experiência docente na escola pública, é possível compreender que as complexas interações entre identidades e discriminação se tornam evidentes e fundamentais para que a sala de aula deixe de ser um espaço de propagação e manutenção de preconceitos. A interseccionalidade, originária do feminismo negro, reconhece que as pessoas têm múltiplas facetas que se entrelaçam e constituem suas identidades. Este estudo tem como objetivo explorar como a perspectiva da interseccionalidade na educação pode contribuir para o desenvolvimento de práticas de educação antidiscriminatórias no território escolar. O trabalho tem como foco analisar uma experiência pedagógica que utiliza a alfabetização antidiscriminatória como meio para promover os direitos humanos e compreendida como uma abordagem que visa capacitar indivíduos para a convivência inclusiva e diversificada. A pesquisa concentra-se na descrição e análise de um conjunto de atividades relacionadas aos direitos humanos desenvolvidas com estudantes do terceiro ano do ensino fundamental de uma escola da rede de ensino de Novo Hamburgo por meio integração da pesquisa e extensão universitária e a escola pública. A metodologia baseia-se em uma prática pedagógica crítica inspirada em Paulo Freire e ancorada na interseccionalidade como ferramenta analítica. Os impactos dessa abordagem são avaliados por meio da análise dos trabalhos produzidos pela turma para a Feira de Iniciação Científica. Os resultados parciais indicam que, ao abordar os direitos humanos de maneira educativa, existe um interesse e receptividade por parte dos estudantes, ainda que se tenha uma lacuna significativa no entendimento desses princípios fundamentais. Através do engajamento nesse processo educacional, observa-se a necessidade de aprimorar a compreensão acerca dos direitos humanos, tanto entre os estudantes quanto na comunidade escolar. Por fim, este estudo destaca a importância de abordagens pedagógicas críticas e interseccionais para promover uma compreensão mais profunda e abrangente dos direitos humanos, bem como destaca que o tripé, pesquisa, extensão e escola foi fundamental para a realização de uma proposta que amplie o debate no território escolar. A pesquisa conta com apoio do CNPq e Fapergs.

Palavras-chave: Alfabetização; Direitos Humanos; Educação Antidiscriminatória.

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

¹ Pedagoga. Mestranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social na Universidade Feevale. Pesquisadora do grupo Criança na Mídia. Email: casoli.fabi@gmail.com

² Doutora em Educação. Docente nos PPGs Diversidade Cultural e Inclusão Social e Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale. Integrante do projeto de extensão Cidade Viva e coordenadora do grupo Criança na Mídia. Email: saraischmidt@feevale.br



FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017.